



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: **Nº 01/2019**
Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019**
Tipo: **MENOR PREÇO**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1 O Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, faz saber a todos, que se acha aberto o presente Processo Licitatório, conforme o que se segue:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 01/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço “GLOBAL”

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria na gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, gerido pela autarquia municipal denominada Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, nas áreas previdenciária, contábil e administrativa, bem como todos os procedimentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Ministério da Previdência Social – MPS, conforme legislação pertinente vigente, mediante as condições e quantidades contidas neste certame.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 Aplicam-se ao presente processo licitatório, ou ainda ao Contrato Administrativo a ser firmado, os termos deste Edital e Anexos, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decretos n.º 3.555/2000, 5.450/2005 e 5.504/2005, as normas gerais do Direito Público Brasileiro, o Código Civil e Comercial Brasileiro naquilo que couber e especial aos casos omissos, e demais legislações esparsas aplicáveis.

3.2 Citações legais constantes deste edital e anexos são meras referências e orientações para sua melhor compreensão, não dispensando o conhecimento da legislação aplicável;

CLÁUSULA QUARTA – DA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

4.1 Quaisquer interessados poderão obter maiores informações sobre o presente certame junto ao Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, pelo e-mail: ipmcpprev@hotmail.com e ainda:

4.1.1 Protocolo: O protocolo dos envelopes proposta e documentação, bem como de quaisquer outros documentos, inclusive recursos, deverão ser feitos diretamente no Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, na Rua Januário Valério, 268, centro;

4.1.2. Horário de Funcionamento: De 08:00 às 16:00 horas;

4.1.3. Local das reuniões: Na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS MÁXIMOS DE PROTOCOLO E INFORMAÇÕES SOBRE REUNIÃO INAUGURAL E DEMAIS REUNIÕES



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

5.1 Os interessados deverão observar as seguintes datas e horários, para protocolo dos envelopes (Proposta e Documentação), bem como para realização da reunião inaugural, sob pena de preclusão do direito de participação:

1.0	09:00 horas do dia 25 de julho de 2019: Prazo máximo para protocolo dos Envelopes: 001 (<i>Proposta</i>) e 002 (<i>Documentação</i>), na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP.
2.0	09:00 horas do dia 25 de julho de 2019: “ <u>Reunião inaugural</u> ”, para realização do pregão, com abertura dos Envelopes 001 (<i>Proposta</i>), e demais atos inerentes. <i>Realização do Pregão Fase de Lances e habilitação da licitante vencedora.</i>

5.2 O Responsável pelo Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, não se responsabiliza por envelopes enviados via postal e ou que sejam protocolados fora do prazo previsto.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO DO OBJETO LICITADO.

6.1 A administração convocará regularmente a licitante vencedora, a qual deverá comparecer na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do próximo dia útil ao do recebimento da “convocação”, para assinar o Contrato de Prestação de Serviços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no capítulo IV, Seções I e II da Lei nº 8.666/93.

6.2 O prazo acima estipulado poderá ser prorrogado por igual período, mediante devida solicitação da parte, e desde que haja motivo justificado devidamente aceito pela administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ANEXOS DESTA EDITAL

7.1 Constituem anexos do presente Edital e dele fazendo parte integrante e a eles estando devidamente vinculado:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de aceitação das norma do edital;

Anexo III – Modelo da Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo IV – Modelo de Declaração de que não empregar menores;

Anexo V – Modelo Carta de credenciamento/procuração;

Anexo VI – Minuta Contrato Administrativo;

Anexo VII – Modelo de Proposta;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Ciência de Requisitos de Habilitação.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITATÓRIO

8.1 O prazo para execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado, nos termos da Minuta de Contrato integrante deste Edital, ressaltando-se os demais prazos e formas da prestação de serviços, constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital;

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

9.1 O pagamento poderá ser feito por crédito em conta corrente em instituição bancária, ou pela Presidência do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, através de cheque.

9.2 Demais especificações:

- a) **prazo para pagamento:** O pagamento se dará até o 5º (quinto) dia subsequente ao mês vencido, devendo as Notas Fiscais serem entregues mensalmente ao Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
- b) **O cronograma de desembolso será mensal**, de acordo com a apresentação das devidas notas fiscais;
- c) **Critério de atualização monetária:** Caso haja atrasos no pagamento, superiores a 15 (quinze) dias, a contratada terá direito a atualização financeira (correção monetária), pelo período total do atraso, com base na última publicação do índice oficial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, e de forma proporcional ao período de atraso;
- d) **Compensação financeira** - Caso haja atrasos no pagamento, superiores a 15 dias, a contratada terá direito a compensação financeira, com base no índice oficial de variação do IPCA, referente ao último índice mensal devidamente publicado e de forma proporcional ao período de atraso;

CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1 Em havendo empate de preços, tal problema será solucionado, tomando-se por base o estipulado no art. 3º, § 2º, incisos I, II e III c/c art. 45 caput e § 2º, da Lei nº 8.666/93; sendo em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- I - produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;
- II - produzidos no País;
- III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

10.2 Ainda assim, persistindo o empate, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 A Recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas no Capítulo IV, Seções I e II da Lei nº 8.666/93.

11.2 Havendo descumprimento das cláusulas previstas neste Edital e na Minuta de Contrato, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I - Advertência verbal comprovada;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

- II- Advertência escrita;
- III- Multa de mora, calculada da seguinte forma: valor da mensalidade, vezes 10% (dez por cento), dividido por 30, multiplicado pelo número de dias em que houver pendências ou atrasos a resolver;
- IV- Multa administrativa, conforme a infração, não excedendo em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, cumulado com as demais sanções permitidas por Lei;
- V- Rescisão contratual, nos termos também previstos na Minuta de Contrato integrante deste Edital;
- VI- Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração por prazo não superior à 02 (dois) anos;
- VII- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 O descumprimento de cláusulas contratuais e/ou do Edital, a critério da autoridade municipal, ensejará, anotações nos registros cadastrais do licitante, consignações a constar de futuras certidões de **capacidade técnica e operacional**, independentemente da aplicação de sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 12.1 Poderão participar pessoas jurídicas que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital e seus anexos.
- 12.2 Nos itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), poderão participar **EXCLUSIVAMENTE** micro empresas – ME, empresas de pequeno porte-EPP, e equiparadas (sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do artigo 3º. da Lei Complementar nº. 123/2006, nela incluídos os atos cooperados ou não cooperados), preenchendo as condições de credenciamento constantes deste edital e seus anexos.
- 12.3 Quando não acudirem interessados que atendam aos requisitos da cláusula 3.2, será oportunizada ampla concorrência.
- 12.4 Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, consórcio, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração deste município, bem como aqueles constantes do art. 9º. da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO

13.1 Os interessados deverão apresentar, na data e horário previstos neste Edital, dois envelopes devidamente fechados, contendo no ENVELOPE N.º 01 sua proposta comercial e no ENVELOPE N.º 02 documentação comprobatória da sua habilitação, sendo que, ambos deverão conter na parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP Pregão n.º. 01/2019 Data de Abertura: 25/07/2019 às 09 horas	Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP Pregão n.º. 01/2019 Data de Abertura: 25/07/2019 às 09 horas
---	---



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL

Envelope nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DO CREDENCIAMENTO.

14.1 Para participação na presente licitação a empresa poderá optar por ter ou não representante presente, **ressalvado**:

14.1.1 - somente empresas com representante presente, devidamente credenciado conforme descrito adiante, poderão ofertar lances, manifestar-se sobre recursos e contra-razões de recurso, e demais atos que tenham que ser feitos por representante da empresa;

14.1.2 - O credenciamento (modelo V) deverá estar fora dos “Envelopes 1 e 2, e apresentado no momento da abertura da “Reunião do Pregão”;

14.1.3 - O representante presente poderá ser:

1) credenciado, procurador outorgado ou,

2) pessoa que faça parte do quadro da empresa que tenha poderes legais para representá-la;

14.2 caso a empresa opte por procuração de modelo próprio, esta deve dar autorização ao outorgado para negociação e demais manifestações inerentes à participação no certame, ficando a critério exclusivo do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio a interpretação da mesma, no sentido de sua validade ou não para estes direitos / deveres.

14.2.1 não será aceito o credenciamento de uma pessoa para mais de uma empresa;

14.3 caso o representante, comprovadamente faça parte do corpo administrativo da empresa com poderes de negociação, fica dispensada a apresentação da “Carta de Credenciamento” ou “Procuração”, porém o mesmo deverá apresentar cópia do contrato social, ou documento equivalente que comprove tais poderes, bem como apresentar documentos pessoais de identificação;

14.4 a presença de representante, que não comprove sua representatividade da empresa, nas formas descritas acima, não desclassificará a proposta da empresa licitante, mas impedirá a sua manifestação durante os trabalhos, sendo que sua participação será interpretada como a de um cidadão comum, até que seja aberto envelope ou de proposta ou de documentação que comprove tal, porém não podendo esta representação retroagir a atos já consumados no certame;

14.4.1 qualquer que seja o documento apresentado, conforme determinado acima, ficará retido nos autos;

14.5. Juntamente os documentos exigidos no credenciamento e envelopes, deverá ser entregue a Declaração de Ciência de Requisitos de Habilitação (Anexo VIII), fora dos referidos envelopes.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DO ENVELOPE 01 – “PROPOSTA”

15.1 A proposta comercial, a ser acondicionada no envelope de proposta deverá observar e atender ao seguinte:

15.1.1 Serem apresentadas datilografadas ou impressas, assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo; e ainda observadas as instruções abaixo;

15.1.2. Serem apresentadas conforme modelo do anexo VII deste Edital, ou em formulário semelhante onde estejam contidas, no mínimo, as informações solicitadas neste anexo e que seja aceito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio;

15.1.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar Certidão expedida pela junta comercial nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103 de 30/04/07, como condição para exercer o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/006 .

15.1.4. É imprescindível, para participação no presente certame, que a empresa licitante apresente uma “Declaração de Fatos impeditivos” conforme modelo do Anexo II deste Edital, **ressalvado**:

- a) tal declaração poderá estar acondicionada dentro do “Envelope Proposta” ou ser apresentada juntamente com o credenciamento, no momento do início da reunião inaugural;
- b) na ausência de tal declaração, o representante legal da empresa poderá firmar no início da sessão inaugural tal declaração e apresentá-la ao Sr. Pregoeiro, desde que o mesmo tenha condições legais comprovadas da assim o fazer em nome da empresa;
- c) na hipótese da inexistência de tal declaração formal e não presença de representante da licitante ou caso o representante seja considerado inapto legalmente para prestar tal declaração, será considerada não cumprida a exigência deste item, e;
- d) não será aceita nenhuma outra forma da licitante prestar tal declaração, além das permitidas acima, seja por quem, por forma ou em que época for;

15.1.5. As propostas apresentadas serão consideradas com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente do que constar na mesma, sendo que ultrapassada aquela validade, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

15.1.6. As propostas que não estiverem em papel timbrado, deverão conter o carimbo de CNPJ da empresa ou de alguma outra forma darem a identificação da empresa proponente, no mínimo com a razão social e número do CNPJ;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

15.1.7 Todos os valores monetários que porventura vierem a ser apresentados em proposta, deverão ser em moeda corrente nacional, contendo até 02 (duas) casas decimais; sendo que nos preços apresentados, deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas; despesas com impostos, combustíveis, seguros, mão de obra, encargos e tributos sociais, fiscais e comerciais, custos diretos e indiretos, não sendo admitidas quaisquer outras despesas inerentes à prestação de serviços;

15.1. 8. Em conformidade com o Protocolo ICMS 191, todas as empresas cujo objetivos sociais sejam tributos devidos ao estado deverá emitir nota fiscal por meio eletrônico, sendo esta forma obrigatória a partir de 1º de outubro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO” E DEMAIS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO.

O envelope nº 02 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas:

16.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.1.1 – Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

16.1.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

16.1.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e ultima alteração contratual, devidamente registrado (a cópia do contrato social apresentada deverá estar legível o número do JUCEMG ou número do registro no cartório de registro), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

16.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

16.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.2 - HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

16.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.2.2 – Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

16.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa, tributos administrados pela Receita Federal e Previdência Social);

16.2.4– Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

16.2.5 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

16.2.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

16.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

16.3.1- Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante dentro dos últimos 30 (trinta) dias antecedentes à data de abertura desta licitação ou segundo as disposições contidas no documento acerca de seu prazo de validade dele.

16.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com manifestação quanto à qualidade e satisfação dos serviços, com o nome legível do representante legal do órgão emitente, em papel timbrado do emitente e com firma reconhecida;

16.4.2-Relação dos Profissionais que se responsabilizarão pela realização do objeto da licitação, identificando os meios de comunicação para atendimento, inclusive quando for acesso remoto;

16.4.3 – Prova de registro da licitante junto ao Conselho Regional de Contabilidade-CRC e Conselho Regional de Administração-CRA mediante certidão de regularidade cadastral;

16.4.3.1- Os responsáveis técnicos acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, **na data prevista para contratação**, entendendo-se como tal, para fins deste Edital: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante vencedor do certame.

16.4.3.2- O licitante deverá comprovar vínculo empregatício do responsável técnico relacionado mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional, e guia de recolhimento do FGTS onde conste o nome do profissional ou apresentação de contrato particular de prestação de serviços entre a licitante e o profissional com firma reconhecida em cartório das assinaturas. Quando se tratar de sócio/proprietário da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, devidamente atualizado.

16.4.5.3- O licitante deverá comprovar a escolaridade dos responsáveis técnicos através de cópia autenticada do registro no órgão competente;

16.5- DEMAIS DOCUMENTAÇÕES



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

16.5.1 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: o modelo contido no ANEXO IV;

16.5.2 – Comprovação da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração: fica facultada a utilização do modelo constante do **ANEXO III**;

16.6 - Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e, inclusive, expedidos via Internet;

16.6.1 - Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que possível suas autenticidades / validades comprovadas por parte da **PREGOEIRA**.

16.6.2 - Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições / emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

17.1 Serão desclassificadas as propostas:

17.1.1. Que tiverem propostas e/ou documentação contidas em envelope em desconformidade com o determinado nas condições de Participação fixadas neste Edital;

17.1.2. Que não atenderem às exigências do ato convocatório;

17.1.3. Que não atenderem aos objetivos ou “regras específicas” deste certame;

17.1.4. Que apresentarem valores que tornem os preços inexequíveis na forma da lei ou apresentarem acréscimos que deixem as propostas excessivas em relação ao mercado;

17.1.5. Outros casos previstos em lei, ou melhor especificado no corpo deste Edital, de acordo com justificada decisão do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

18.1 O julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas no edital e anexos, processar-se-á com base no “**MENOR PREÇO**”; não sendo levadas em consideração, as vantagens oferecidas pelo mesmo, não previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS

19.1 Não existe critério de aceitabilidade de valores unitários, porém o valor global mensal que será julgado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

20.1 Os serviços serão recebidos:

20.1.1 Provisoriamente: de forma contínua, a cada prestação de serviços, ressalvada a posterior verificação de conformidade dos mesmos (art. 73, I, “a” da Lei 8666/93);

20.1.2 Definitivamente: mensalmente, quando do ato de liquidação do empenho, por parte



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

do Departamento solicitante, respeitado o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a emissão das Notas Fiscais (art. 73, I, “b” da Lei 8.666/93 e Arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE / REALINHAMENTO DE PREÇOS

21.1 Os preços mensais consignados pela contratação de serviços de assessoria na operacionalização do RPPS, somente poderão ser reajustados após um ano de vigência, considerando-se o contrato e termos aditivos que possam ser confeccionados.

21.2 Os critérios de reajuste de preços serão aqueles ditados pelo Governo Federal, ficando estabelecido o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS INSTRUÇÕES DE RECURSO E IMPUGNAÇÕES

22.1 De forma geral, Recursos e impugnações seguem o disposto abaixo:

22.1.1 As impugnações contra os termos deste edital, os recursos contra os atos de julgamento das propostas e habilitação dos licitantes, e as denúncias de irregularidade desta licitação, observarão as normas, procedimentos e prazos prescritos na legislação correlata.

22.1.2 Na contagem de prazos de que trata este Edital, somente se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP e a contagem se dará excluindo o dia de início e incluindo o dia de vencimento;

22.1.3 Recursos, impugnações, bem como pedidos de esclarecimentos, deverão ser protocolados na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, observados os prazos legais, dirigidos à Pregoeira, identificando o remetente, número do processo e do pregão;

22.1.4 Todas as informações exigíveis de publicidade, serão publicadas no “Mural de Avisos” da Prefeitura Municipal de Conceição do Pará – MG e no Diário Oficial do Município de Conceição do Pará - MG.

22.2 Impugnações e recursos ao Edital, seguem o disposto no item “1” acima e ainda:

22.2.1 O prazo limite para protocolo de impugnação ao presente edital é de 02 (dois) dias úteis antes do prazo máximo para recebimento dos envelopes de proposta;

22.2.2 Interposta impugnação ao Edital, caberá ao Sr. Pregoeiro decidir a impugnação apresentada, no prazo legal;

22.3. Impugnações e recursos aos demais atos, seguem o disposto no item 22.2 acima e ainda:

22.3.1 Concluída a “Fase de Lances” e realizada a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, será este declarado o “vencedor”;

22.3.2 Neste momento qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de recorrer quanto à realização do pregão (fase de lances /



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

habilitação), quando então poderá o licitante recorrente apresentar suas razões de recurso, durante a reunião, lavrando-se tais argumentações em Ata e/ou então solicitar que lhe seja concedido o prazo de três dias corridos, para apresentação das Razões de Recurso; ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as respectivas “contrarrazões de recurso” em igual número de dias, após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

- 22.3.3 A falta de manifestação imediata e motivadamente, durante a reunião, por parte do(s) licitante(s), importará a decadência do direito de recurso;
- 22.3.4 Após o término do prazo para apresentação das “*contrarrazões de recurso*”, o Sra. Pregoeira, procederá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à análise do(s) recurso(s) e “contra-razões de recurso”, apresentado(s), quando então decidirá sobre a procedência ou não daquele(s) recurso(s) apresentado(s);
- 22.3.5 Declarada a procedência do(s) recurso(s), a Sra. Pregoeira declarará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, e, então, dará continuidade aos trabalhos;
- 22.3.6 Declarada a improcedência do(s) recurso(s), a Sra. Pregoeira encaminhará o processo licitatório devidamente instruído à Autoridade Superior, a qual, no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, decidirá sobre o(s) recurso(s) apresentado(s).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

23.1 São os seguintes os procedimentos a serem adotados para a realização do Pregão propriamente dito.

- 23.1.1. No dia, hora e local designados neste Edital, os licitantes poderão estar legalmente representados, nos termos deste Edital para o início do pregão;
- 23.1.2. Iniciada a reunião a Sra. Pregoeira comunicará ou não aos presentes, eventuais recursos ao Edital e os devidos resultados, se for o caso;
- 23.1.3. Dando continuidade a Sra. Pregoeira procederá à abertura dos envelopes de propostas comerciais, verificando a conformidade desta com o Edital;
- 23.1.4. Serão desclassificadas as propostas que não se enquadrarem aos termos e condições deste edital ou ainda que se enquadrarem em qualquer dos itens constantes da cláusula de DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS, prevista neste Edital;
- 23.1.5. As propostas serão classificadas provisoriamente por ordem crescente de preços;
- 23.1.6. No curso da sessão, a Sra. Pregoeira convidará individualmente os licitantes que tenham ofertado propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores à menor proposta, bem como aquela, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço;
- 23.1.7. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- 23.1.8. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;
- 23.1.9. Somente serão aceitos os lances, cujos valores forem inferiores ao “último lance” que tenha sido anteriormente registrado, respeitados os demais ditames do Edital;
- 23.1.10. Em havendo apenas uma oferta (proposta) esta poderá ser aceita ou



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

negociada entre o Sr. Pregoeiro e a licitante, tudo a critério exclusivo do Sr. Pregoeiro e Equipe de apoio onde será verificada a conformidade entre as propostas escritas de menor preço e valores estimados;

23.1.11. Todos os lances ofertados serão registrados em uma ata, sendo confeccionado ao final dos trabalhos Mapa de apuração dos vencedores;

23.1.12. A bem da Administração Pública (busca pelo melhor preço) poderá ser concedido ao representante da empresa licitante, quando solicitado o Sr. Pregoeiro, tempo para que se consulte a empresa representada acerca da viabilidade do lance verbal, ficando a critério do Sr. Pregoeiro a determinação da duração e forma da consulta, desde que em igualdade de condições para todos;

23.1.13. A desistência em apresentar lance verbal quando convocado pelo Sr. Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

23.1.14. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas de acordo com o menor preço apresentado, se a licitante classificada em primeiro lugar não for uma Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, o Pregoeiro procederá verificação se algum licitante Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP ofereceu lance final com o preço até 5% superior ao melhor registrado.

23.1.15. Caso a Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada não apresente proposta inferior aquela vencedora, serão convocadas, por ordem de classificação, as ME ou EPP remanescentes que tiverem lance final com preço até 5% superior ao melhor registrado, para apresentar nova proposta na forma do disposto no subitem anterior.

23.1.16. No caso de equivalência de valores apresentados pela Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, que tiverem lance final com preço até 5% superior ao melhor registrado, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a nova proposta.

23.1.17. Vencida a fase de lances, cabe exclusivamente ao Sr. Pregoeiro e equipe de apoio a opção pela aceitação da mesma, observados os termos deste Edital e do melhor interesse público, respeitados os princípios gerais aplicáveis à Administração Pública;

23.1.18. Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, devidamente registradas em ata, o Sr. Pregoeiro procederá o recebimento das documentações elencadas na Cláusula Décima Sexta deste Edital, para avaliação de critérios de qualificação técnica e demais exigências.

23.1.19. A comprovação para admissão do primeiro colocado será avaliado referente às exigências elencadas neste edital.

23.1.20. A comprovação de qualidade deverá ser apresentada somente pelo primeiro classificado.

23.1.21. A comprovação da qualidade dos serviços é condição essencial para contratação, o licitante que não fizer prova da qualidade, nos termos deste edital perderá o direito a adjudicação.

23.1.22. Após a Sra. Pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante declarado classificado em primeiro lugar;

23.1.23. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será habilitado e será então declarado “vencedor”, ressaltado que somente neste momento se inicia, se for o caso, a fase de recursos às fases de julgamento e negociação de propostas e à fase de habilitação;

23.1.24. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Sra. Pregoeira



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

examinará as ofertas subseqüentes e a habilitação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, sempre respeitada a prerrogativa de aceitação de proposta pela Pregoeira e Equipe de apoio;

23.1.25. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Sra. Pregoeira decidirá pela adjudicação do objeto ao licitante vencedor e em caso positivo os autos serão remetidos à Assessoria Jurídica Municipal para parecer prévio à homologação e posteriormente à Presidência do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, para pronunciamento sobre homologação dos procedimentos;

23.1.26. Homologado o certame, o licitante vencedor será convocado para assinatura de contrato nos termos deste Edital;

23.1.27. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores, permanecerão sob custódia da Administração;

23.1.28. Decorrido o prazo de validade das propostas apresentadas, os licitantes cujos envelopes de documentação ainda estiverem lacrados, poderão mediante requerimento próprio, retirar os envelopes, ou a Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio, poderá, transcorrido o mesmo prazo, optar ou não pela devolução dos mesmos, mediante encaminhamento formal, a qualquer tempo;

23.1.29. A Sra. Pregoeira e/ou Membro de Apoio poderão suspender as audiências, sempre que for necessário, a bem da Administração Municipal, ou ainda por determinações superiores, devendo sempre os licitantes serem intimados na forma aplicável;

23.1.30. As reuniões da Sra. Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio serão sempre abertas e franqueadas ao público, em local previamente indicado neste Edital, registrando todos os fatos em ata própria e publicado na forma da lei;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

24.1 A Adjudicação é ato exclusivo da Pregoeira e a homologação do processo licitatório e do Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, e aos seus critérios exclusivos, respeitados sempre o maior interesse público e as justificativas do ato, dentro das normas deste Edital, da legislação aplicável e dos princípios gerais do Direito, aplicáveis à Administração Pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA RESERVA DE DIREITOS

25.1 Ficam aqui reservados os seguintes direitos da Administração, além de outros já definidos neste Edital e Anexo:

25.1.1. Adquirir o objeto licitado, total ou parcialmente, bem como subdividir as solicitações de serviços em quantas vezes lhe for conveniente;

25.1.2. Acrescer ou suprimir o objeto licitado e contratado, nos limites do Art. 65, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93;

25.1.3. Revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

fato superveniente devidamente comprovado;

25.1.4. Durante o período de contratação, a administração poderá rescindir e/ou alterar unilateralmente o contrato, segundo os melhores interesses públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Os créditos pelos quais correrão as despesas, são oriundos de recursos próprios do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, sendo para o exercício de 2019:

- 03.01.01.04.122.0001.2083.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Para os exercícios subseqüentes, será utilizado o mesmo elemento de despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O Assessor Jurídico Municipal examinará e, se assim o considerar, aprovará o presente Edital, bem como acompanhará todo o processo licitatório, orientando e dando subsídios jurídicos a Sra. Pregoeira e à Equipe de Apoio, e, no final apresentar Parecer ao Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP da legalidade do processo, concluindo pela possibilidade ou não de sua homologação;

27.2. A anulação do processo licitatório se for o caso, induz à do Contrato;

27.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do processo licitatório;

27.4. Durante o período do Contrato, a administração reserva-se no direito da rescisão e/ou alteração unilateral do Contrato Administrativo, segundo os melhores interesses públicos;

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO

28.1 O foro privativo a presente licitação é o do Município de Pitangui/MG, com recurso "ex officio" à instância superior.

Conceição do Pará/MG, 04 de julho de 2019.

**Denilce Elaine Ribeiro Chaves
Pregoeiro**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

**PROCESSO LICITATÁRIO N.º 01/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019
ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO DA LICITAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria na gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS gerido pela autarquia municipal denominada Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, nas áreas previdenciária, contábil e administrativa, bem como todos os procedimentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Ministério da Previdência Social – MPS, conforme legislação pertinente vigente.

DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1) Prestação de serviços relacionados ao Ministério da Previdência Social – MPS:

- Elaboração e envio dos seguintes documentos ao Ministério da Previdência Social – MPS, observando os prazos estabelecidos:

I-Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasse-DIPR;
II-Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos – DAIR;
III-Documentos Contábeis.

- Assessoria na elaboração da Política de Investimentos Anual, bem como acompanhamento mensal da porcentagem autorizada na referida Política com o efetivamente aplicado;
 - Elaboração de Projeto de Lei, para adequação da legislação previdenciária às normas vigentes, quando for o caso;
 - Elaboração de Termos de Acordos de Parcelamentos via CADPREV Local/web, quando for necessário;
- 2) Prestação de serviços relativos à concessão de benefícios previdenciários:
- Conferência dos documentos emitidos pelos órgãos empregadores, se estão dentro dos padrões exigidos pelo Tribunal de Contas, para fins de concessão de benefícios previdenciários;
 - Análise dos requerimentos de aposentadorias e pensões, com emissão de parecer e memorial de cálculo;
 - Montagem das pastas das aposentadorias e pensões concedidas nos termos das Instruções Normativas TCE/MG, para arquivamento na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
 - Encaminhamento dos processos concedidos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, através do FISCAP;
 - Elaboração de recursos administrativos referente às diligências abertas relativos aos benefícios informados via FISCAP;
 - Acompanhamento diário junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, relativo às publicações no Documento Oficial de Contas – DOC, nos termos



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

da Lei Complementar n.º 111/2010 e Resolução TCEMG, n.º 010/2010 do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP.

3) Prestação de serviços contábeis, compreendendo:

- Escrituração Contábil do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, obedecendo às normas e princípios de contabilidade, conforme previsto na Lei 4.320/64 e alterações posteriores, Lei complementar n.º 101/2000, Portaria MPS e Instruções Normativas do TCE, com processamento dos seguintes sistemas:
 - Compras;
 - Contabilidade; e
 - Tesouraria.
- Envio mensal do arquivo SICOM ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG;
- Processamento da folha de pagamento dos beneficiários do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
- Prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG de acordo com as normas vigentes dessa casa;
- Elaboração, protocolo e acompanhamento de recursos administrativos referente à abertura de vistas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, relativo à prestações de contas;
- Elaboração, processamento e envio anual dos arquivos relativos à DIRF e RAIS;
- Apoio e acompanhamento na elaboração e alterações das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, relativo aos tópicos do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;

4) Assessoria administrativa compreendendo:

- Apoio aos membros da estrutura organizacional, relativo ao desempenho de suas atribuições estabelecidas em lei;
- Elaboração integral do processo convocatório para indicação dos membros dos conselhos, bem como apresentação da situação financeira/patrimonial do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
- Controle do limite permitido para realização das despesas administrativas;
- Elaborar minutas de expedientes necessários para cumprimento de rotinas do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP.

DA APTDÃO

Para a prestação de serviços a empresa contratada deverá:

- Dispor de equipe técnica com expertise necessário, composta por profissionais com formação nas áreas de Ciências Contábeis, Administração e Direito, devidamente registrados nos órgãos de classe;
- Ser registrada e comprovar regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade e Conselho Regional de Administração;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

- Possuir estrutura física instalada adequada aos serviços e disponível para prestar suporte perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais localizado na Capital Mineira;
- Domínio na execução dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e demais órgãos de controle de contas (SICOM e FISCAP);
- Possuir atestado de capacidade técnica que comprove os serviços fornecidos, período, identificação do emitente e manifestação quanto à qualidade e/ou satisfação dos serviços;
- Comprovar que possui domínio do Sistema Informatizado e Integrado, locado pelo IPMCP, abrangendo os módulos de Contabilidade, Tesouraria, Compras e Licitação, Controle de Frotas e Arrecadação Tributária, mediante documento fornecido pela empresa responsável pela referida locação.

ESTIMATIVA DE PREÇOS

- Conforme exigência legal, art. 40, parágrafo 2^a, II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o setor de compras do município, realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 3(três) empresas do ramo, conforme mapa de apuração juntado aos autos, apurando a seguinte média aritmética:

VALOR TOTAL R\$57.559,99 (Cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos) – 12 meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas originárias da contratação objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA serão realizadas com a cobertura da seguinte dotação orçamentária própria do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, sendo:
- 03.01.01.04.122.0001.2083.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para cumprimento do objeto licitado, os serviços serão prestados através de no mínimo 02 (duas) visitas semanais na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, durante todo o expediente desta Entidade, ou seja, das 12:00 às 18:00 horas; devendo ainda possuir uma estrutura física disponível para atendimento em dias úteis no mesmo horário de funcionamento do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, através de assessoramento remoto, mediante utilização dos meios de comunicações disponíveis (fac-símile, e-mail, telefone, correios, dentre outros).

**Denilce Elaine Ribeiro Chaves
Pregoeira**

**Praça Januário Valério, 268 - Centro - Telefone (37) 3276-1376 - CEP 35668-000
Conceição do Pará - MG - CNPJ - 05.626.895/0001-98**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

**PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019
PREGÃO PRESENCIAL 01/2019**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, com inscrição no CNPJ n.º, sediada na, DECLARA sob as penas da Lei, preencher todos os quesitos necessários para habilitação o presente procedimento licitatório e a inexistência de fato impeditivo a sua habilitação e a obrigação de comunicar a superveniência de qualquer fato impeditivo da mesma.

Local/data

Assinatura /Representante Legal

Razão Social/CNPJ/Carimbo Empresa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

**PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019
PREGÃO PRESENCIAL 01/2019**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS NORMAS DO EDITAL

A Empresa _____, CNPJ n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara para todos os fins de direito que recebeu todos os documentos, tomou conhecimento, aceita e concorda integralmente, sem restrições, com todas as condições do Edital de Licitação Nº 01/2019 e seus anexos. Declara, do mesmo modo, ter recebido, de forma tempestiva e satisfatória, as informações e os esclarecimentos necessários e que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, apresentação de documentos, preparação de propostas e execução do objeto da presente licitação.

Local e data

Assinatura Representante Legal/Carimbo Empresa



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE
CONCEIÇÃO DO PARÁ**

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL 01/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO (CUMPRIMENTO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CF)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório N.º 00x/2019, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data

Assinatura Representante Legal/Carimbo Empresa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019
PREGÃO PRESENCIAL 01/2019

ANEXO V MODELO DE CREDENCIAMENTO / PROCURAÇÃO

A empresa, com inscrição no CNPJ n.º....., sediada na, neste ato representado por seu representante legal, Sr., inscrito no CPF sob o n.º..... CRENCIA/OUTORGA ESPECIAIS PODERES ao(à) Sr(a)., inscrito no CPF sob o n.º, portador(a) da Cédula de Identidade n.º..... para representá-la perante essa Autarquia Municipal, junto ao procedimento licitatório acima identificado, o(a) qual poderá fazer a formulação de lances verbais, manifestação quanto à intenção de recorrer das decisões do Sr. Pregoeiro, apresentar as “Razões de Recurso”, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência (*exceto assinar contrato*).

Local/data

Assinatura /Representante Legal

Razão Social/CNPJ/Carimbo Empresa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019
PREGÃO PRESENCIAL 01/2019

ANEXO VI

MINUTA CONTRATO N.º ____/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ-IPMCP, QUE ENTRE SI CELEBRAM O IPMCP E, NA FORMA ABAIXO:

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ - IPMCP, sediado à Praça Januário Valério, nº. 268, Centro, Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.668-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 05.626.895/0001-98, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Paulo Marcelo Torres Lemos, inscrito no CPF sob o nº. 421.339.046-20 doravante denominado **CONTRATANTE**, e, estabelecida à Rua nº., Bairro, na cidade de, CNPJ nº., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo por representante Sr., CPF nº....., celebram o presente **contrato de prestação de serviços de assessoria na operacionalização do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP**, oriundo do processo modalidade Pregão Presencial n.º 01/2019, obedecidas todas as disposições constantes da Lei 10.520/2002 e 8.666/1993 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria na gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS gerido pela autarquia municipal denominada Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, nas áreas previdenciária, contábil e administrativa, bem como todos os procedimentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Ministério da Previdência Social – MPS, conforme legislação pertinente vigente, compreendendo as seguintes especificações:

- 1) Prestação de serviços relacionados ao Ministério da Previdência Social – MPS:
- Elaboração e envio dos seguintes documentos ao Ministério da Previdência Social – MPS, observando os prazos estabelecidos:

I-Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasse-DIPR;
II-Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos – DAIR;
III-Documentos Contábeis.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

- Assessoria na elaboração da Política de Investimentos Anual, bem como acompanhamento mensal da porcentagem autorizada na referida Política com o efetivamente aplicado;
- Elaboração de Projeto de Lei, para adequação da legislação previdenciária às normas vigentes, quando for o caso;
- Elaboração de Termos de Acordos de Parcelamentos via CADPREV Local/web, quando for necessário;

2) Prestação de serviços relativo à concessão de benefícios previdenciários:

- Conferência dos documentos emitidos pelos órgãos empregadores, se estão dentro dos padrões exigidos pelo Tribunal de Contas, para fins de concessão de benefícios previdenciário;
- Análise dos requerimentos de aposentadorias e pensões, com emissão de parecer e memorial de cálculo;
- Montagem das pastas das aposentadorias e pensões concedidas nos termos das Instruções Normativas TCEMG, para arquivamento na sede do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
- Encaminhamento dos processos concedidos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, através do FISCAP;
- Elaboração de recursos administrativos referente às diligências abertas relativos aos benefícios informados via FISCAP;
- Acompanhamento diário junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, relativo às publicações no Documento Oficial de Contas – DOC, nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010 e Resolução TCEMG, n.º 010/2010 do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP.

3) Prestação de serviços contábeis, compreendendo:

- Escrituração Contábil do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, obedecendo às normas e princípios de contabilidade, conforme previsto na Lei 4.320/64 e alterações posteriores, Lei complementar n.º 101/2000, Portaria MPS e Instruções Normativas do TCE, com processamento dos seguintes sistemas:
 - Compras;
 - Contabilidade; e
 - Tesouraria.
- Envio mensal do arquivo SICOM ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG;
- Processamento da folha de pagamento dos beneficiários do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
- Prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG de acordo com as normas vigentes dessa casa;
- Elaboração, protocolo e acompanhamento de recursos administrativos referente à abertura de vistas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, relativo à prestações de contas;
- Elaboração, processamento e envio anual dos arquivos relativos à DIRF e RAIS;
- Apoio e acompanhamento na elaboração e alterações das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, relativo aos tópicos do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

4) Assessoria administrativa compreendendo:

- Apoio aos membros da estrutura organizacional, relativo ao desempenho de suas atribuições estabelecidas em lei;
- Elaboração integral do processo convocatório para indicação dos membros dos conselhos, bem como apresentação da situação financeira/patrimonial do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;
- Controle do limite permitido para realização das despesas administrativas;
- Elaborar minutas de expedientes necessários para cumprimento de rotinas do Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A CONTRATADA, além da execução dos serviços, obrigará-se a:

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
- c) cumprir rigorosamente os prazos contratuais estabelecidos;
- d) efetuar os serviços nos locais determinados pelo CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, de conformidade com as especificações contratadas;
- e) efetuar os serviços, após a assinatura do contrato, de conformidade com as especificações solicitadas e não transferi-los a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, podendo consorciar-se com profissionais da área;
- f) responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos ou despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato;
- g) responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- h) em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- i) prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;
- j) efetuar 02 (duas) visitas mensais;
- k) disponibilizar uma estrutura física para comunicação, inclusive com assessoramento remoto, mediante utilização de meios de comunicação disponíveis, de segunda a sexta em horário comercial;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obrigará-se a:

- a) fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários ao profissional para prestação de serviços;
- b) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venha a ocorrer, em função de execução do contrato;
- c) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido na Cláusula Quinta, nos termos deste Contrato;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

O contrato a ser firmado com a empresa vencedora, terá a vigência de 12 (doze) meses, com início em XX de XXX de 2019 e vigorará até xx/xx/xx, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo até no máximo 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços descritos na cláusula primeira, já computadas as despesas referentes à hospedagem, transporte e alimentação no período acima declinado, o valor global de R\$..... (.....), sendo 12 (doze) parcelas mensais é de R\$..... (.....).

No caso de exigência da **CONTRATANTE**, me que a **CONTRATADA** tiver que enviar técnicos ao município, em número superior de visitas previstas na cláusula segunda, caberá a **CONTRATADA** o direito de restituição das despesas com hospedagem, alimentação, combustível e honorários proporcionais ao tempo despendido na visita extraordinária.

O valor base para o pagamento de honorários proporcionais corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do valor mensal do contrato por hora técnica extraordinária, comprovado através de relatório feito pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento se dará até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês vencido, devendo as Notas Fiscais serem entregues mensalmente ao Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP;

O cronograma de desembolso será mensal, de acordo com a apresentação das devidas notas fiscais;

Caso haja atrasos no pagamento, superiores a 15 (quinze) dias, a **CONTRATADA** terá direito a atualização financeira (correção monetária), pelo período total do atraso, com base na última publicação do índice oficial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, e de forma proporcional ao período de atraso;

Caso haja atrasos no pagamento, superiores a 15 dias, a **CONTRATADA** terá direito a compensação financeira, com base no índice oficial de variação do IPCA, referente ao último índice mensal devidamente publicado e de forma proporcional ao período de atraso;

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato será reajustado após um ano de vigência, com base no INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- I - Advertência verbal comprovada;
- II- Advertência escrita;
- III- Multa de mora, calculada da seguinte forma: valor da mensalidade, vezes 10% (dez por cento), dividido por 30, multiplicado pelo número de dias em que houver pendências ou atrasos a resolver;
- IV- Multa administrativa, conforme a infração, não excedendo em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, cumulado com as demais sanções permitidas por Lei;
- V- Rescisão contratual;
- VI- Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração por prazo não superior à 02 (dois) anos;
- VII- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais a critério da autoridade municipal, ensejará, anotações nos registros cadastrais do licitante, consignações a constar de futuras certidões de **capacidade técnica e operacional**, independentemente da aplicação de sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da seguinte Dotação do orçamento geral do CONTRATANTE:

- 03.01.01.04.122.0001.2083.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Para os exercícios seguintes, utilizará o mesmo elemento de despesa, ou seja, 3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Pitangui – MG.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de Contrato, que depois de lido e achado conforme, será assinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma pelas partes contratantes, e arquivado no Instituto de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, para que dele sejam extraídas as cópias necessárias.

Conceição do Pará/MG, ____ de ____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

CPF Nº.

CPF Nº.

**PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019
PEGÃO PRESENCIAL 01/2019**

**Praça Januário Valério, 268 - Centro - Telefone (37) 3276-1376 - CEP 35668-000
Conceição do Pará - MG - CNPJ - 05.626.895/0001-98**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

ANEXO VII

MODELO PROPOSTA

Razão social/nome da licitante:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Tel(fax):

E-mail:

Dados Bancários: Banco:

Agência:

C/C

Representante legal para fins de assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

E-mail:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria na gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS gerido pela autarquia municipal denominada Instituto de Previdência Municipal de Conceição do Pará-IPMCP, nas áreas previdenciária, contábil e administrativa, bem como todos os procedimentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Ministério da Previdência Social – MPS, conforme legislação pertinente vigente

Validade: de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data

Forma prestação de serviços: Conforme Anexo I – Termo de Referência

Condições de Pagamento: Conforme edital

Manifestamos nossa total concordância e conhecimento do Edital e Anexos referentes ao Processo Licitatório acima identificado.

VALOR MENSAL TOTAL PROPOSTO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: R\$ _____
(_____)

Local/data

Assinatura /Representante Legal

Nome/CPF/carimbo

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL 01/2019



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE REQUISITOS HABILITAÇÃO

A Empresa _____, CNPJ n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara para todos os fins de direito, que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação, pelo qual entregamos os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, conforme determina o inciso VII do Art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/02.

Local e data

Assinatura Representante Legal/Carimbo Empresa